

Fórum Cidadania & Território

05/10/2013

Grupo: Circuitos Curtos

Principais conclusões retiradas da reunião do grupo de trabalho:

1. Há uma mudança atual na realidade e no discurso político de incentivo à atividade agrícola que deve ser olhado com prudência para não induzir os investidores, novos e velhos, numa abordagem de monoprodução intensiva em capital e conhecimento, com os inerentes riscos de dependência económica que gera esta perspectiva.
2. Estando o espaço rural num processo de envelhecimento e possível mudança, existe uma «tensão entre os neo-rurais e os locais» que se expressa pelo confronto das suas convicções, atitudes e práticas. Estas tensões devem acautelar a garantia da inclusão dos locais, mais fragilizados no acesso a recursos de mercado e de competitividade, mas portadores de saberes e de traços identitários que diferenciam as regiões e as produções agro-alimentares.
3. É fundamental trabalhar os canais de ligação e distribuição entre os consumidores e os produtores, sabendo que existe uma tendência de alteração dos padrões de consumo (individual e coletiva), com uma crescente valorização da qualidade alimentar e nutritiva, muito ligada às preocupações com a saúde, bem como de alguns princípios éticos, muito relacionados com aspetos como o bem-estar animal, o ambiente e o comércio justo. O ponto de partida deverá ser situado nos desejos dos consumidores, a que os produtores respondem com inovação, confiança e qualidade, baseados em sistemas de produção de base mais familiar e sustentável.
4. Deverá ser feito um trabalho de aproximação e integração entre o consumidor e o produtor. Há uma crescente preocupação com o papel educativo da agricultura e do comércio justo. É necessário investir nas questões da formação para o consumo, de modo a incentivar uma alteração dos padrões de consumo baseada numa compreensão mais sólida das implicações a montante dos atos de compra, isto é, uma "re-apropriação do poder de compra como poder político". As alterações dos padrões de consumo são ainda só tendenciais, existindo muito trabalho a fazer no campo da promoção e consolidação do Consumo Responsável.
5. A abordagem dos Circuitos Curtos deve ser valorizada como forma de desenvolver as economias de proximidade, valorizar o uso de recursos locais, diminuir o uso de combustíveis (associados aos transportes, armazenamento, etc.) e preservar a qualidade e a soberania alimentar. Devem ser estabelecidos critérios éticos e desenvolvido um processo educativo que valorize a agricultura familiar, garantindo a proximidade humana entre consumidor e produtor. Este aspeto e a confiança no modo de produção biológico são muito valorizados por segmentos crescentes de consumidores. Sublinha-se também a importância, quando se fala em consumo e circuitos curtos, dos consumidores institucionais (privados e públicos) como atores fundamentais, pensando por exemplo no potencial que representa o abastecimento das cantinas escolares ou outros estabelecimentos de restauração coletiva para a produção local.

6. É importante conhecer o estado da arte das iniciativas de distribuição alternativa para as disseminar como boas práticas, gerando uma mudança que valoriza e reforça os circuitos curtos, permitindo perceber o efetivo potencial da fileira agro-alimentar (sustentável) na melhoria da qualidade de vida dos consumidores e na sua articulação com o desenvolvimento económico local.
7. A legislação existente é pouco favorável aos modelos mais informais de produção biológica e ao comércio justo, havendo aqui um espaço de trabalho a realizar.
8. A agricultura (ética/cívica e familiar) é uma fonte de inovação (social, organizacional, económica) que importa reconhecer e potencializar. Apresenta soluções baseadas na combinação de sabedoria popular com o conhecimento técnico e científico que usa conceitos, recursos e tecnologias modernas e «amigas do ambiente».
9. Neste quadro, o Turismo em Espaço Rural, promovido numa lógica comunitária e de desenvolvimento local, pode afirmar-se como uma atividade que reforça a produção sustentável em todos os setores da fileira agro-alimentar, valorizando também as práticas de comércio justo.
10. Uma preocupação: o PRODER, que está a ser desenhado, parece remeter a agricultura familiar para um papel exclusivo de promoção da inclusão, esquecendo o seu elevado potencial de inovação e de produção alimentar. Em contrapartida, favorece o apoio financeiro às abordagens massificadas de produção agrícola, com menor capacidade de inovação e diversificação, inseridas em lógicas de mercado menos sustentáveis.